

O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar¹

*Juliana Santos Botelho*²

*Rousiley C. M. Maia*³

*Pedro Santos Mundim*⁴

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa sobre o debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de Minas, entre 2001 e 2009. Embora existam trabalhos anteriores a respeito do tema, a nossa pesquisa se diferencia em diversos pontos do que já foi produzido. Do ponto de vista teórico, adotamos uma perspectiva habermasiana, com ênfase nas discussões sobre democracia deliberativa e esfera pública. O nosso corpus empírico, com 692 matérias, é mais amplo do que o de outros estudos, ao passo que nossa unidade de análise focaliza os proferimentos diretos e indiretos (n=1037) que apresentam algum tipo de opinião em relação às cotas nas universidades. Nossas primeiras análises revelam alguns dados bastante contra-intuitivos. Primeiro, percebe-se uma polarização das opiniões contra e favor entre os espaços editoriais e as colunas assinadas. Segundo, há predominância dos cidadãos comuns no debate sobre as cotas, em detrimento de atores que geralmente tem acesso privilegiado à mídia, como o governo federal e os especialistas.. A investigação de quem são os atores intervenientes e como seus proferimentos são gerenciados e hierarquizados na arena midiática revela importantes tensões que surgem no nível das organizações internas dos *media*, no nível interinstitucional e no nível social das práticas jornalísticas.

Palavras-Chave: Cotas nas universidades. Debate público. Esfera pública.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e sociedade civil do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Doutorado em Comunicação pela Université du Québec à Montréal e pós-doutorado em Comunicação pela UFMG, julianasbotelho@hotmail.com.

³ Doutorado em Ciência Política pela University of Nottingham, Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), Universidade Federal de Minas Gerais, rousiley@fafich.ufmg.br.

⁴ Doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ, Universidade Federal de Goiás, psmundim@yahoo.com.br.

Introdução

Diversos estudiosos se dedicam a demonstrar que os *media* de massa produzem um discurso de elites (Bennett, 1990; Bennett et al., 2007; Simon; Xenos, 2000: 365). Os jornalistas recolhem do governo e de um público selecionado informações para compor as notícias, mas não do público de massa (Norris, 2000; Graber, 2003.). Eles enquadram os fatos de acordo com fontes com autoridade ou dotadas de auto-interesse. A influência exercida por esses atores sobre os agentes dos *media* pode assumir diferentes formas, desde a pressão explícita para promover ou para suprimir certos assuntos até estratégias para encorajar os jornalistas a preferirem certas narrativas (Baumgartner; Jones, 1993; Bennett et al., 2007; Bennett; Manheim, 1993; Schudson, 2003).

Não questionamos o fato de que os *media* produzem um discurso de elites – elites entendidas aqui como atores públicos que dedicam a maior parte de suas atividades à política ou a assuntos de interesse coletivo; atores que demonstram sofisticação intelectual e habilidades para produzir argumentos complexos, os quais são capazes de exercer influência no público mais amplo e/ou em outras elites (Berinsky; Kinder, 2006: 641; Peters, 2008: 114). No entanto, as práticas jornalísticas – incluindo as decisões sobre o que cobrir, quais enquadramentos utilizar, como organizar hierarquicamente as vozes, umas em relação às outras nas narrativas jornalísticas – devem ser entendidas como o resultado de influências recíprocas de tensões que surgem no nível das organizações internas dos *media*, no nível interinstitucional e no nível social (Maia, 2008; 2011; Delli Carpini, 2005; Gurevitch; Blumler, 1990).

Por exemplo, as expectativas normativas de que o jornalismo contemporâneo deva proporcionar diversidade de informação e promover a discussão sobre assuntos de interesse público podem se chocar com os posicionamentos assumidos pela linha editorial acerca de uma determinada questão. Constrangimentos operacionais e práticos da produção jornalística – como a definição do valor notícia, o cultivo de fontes de informação confiáveis, com autoridade e notoriedade – podem constranger a escolha das fontes a serem convidadas a se expressar sobre o sentido dos eventos. No caso de questões controversas, as próprias elites – políticos, pessoas que ocupam cargos públicos, membros de grupos de interesse, analistas

políticos, articulistas, líderes de movimentos sociais e militantes – frequentemente sustentam posições conflitantes, o que dificulta a construção de esquemas de entendimento nas narrativas jornalísticas e torna complexo o julgamento sobre as questões em jogo.

O objetivo deste artigo é apresentar importantes tensões que surgem na configuração do debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas*, entre 2001 e 2009. Os primeiros resultados da pesquisa revelam algumas das tensões apontadas acima. Primeiro, percebe-se uma polarização das opiniões contra e a favor nos espaços editoriais e nas colunas assinadas. Segundo, há predominância dos cidadãos comuns no debate sobre as cotas, em detrimento de atores que geralmente têm acesso privilegiado à mídia, como o governo federal e os especialistas.

Este artigo está organizado em 4 partes. Na primeira seção, apresentamos brevemente o contexto da implementação das cotas raciais na universidade pública brasileira, focalizando sua cronologia jurídica. Na segunda, indicamos certas expectativas e críticas sobre a cobertura jornalística, nutridas por militantes do movimento negro. Exploramos estudos prévios sobre o debate midiático acerca do tema em tela na terceira seção. Por fim, na quarta seção, apresentamos o debate público sobre as cotas raciais entre 2001 e 2009 nos jornais selecionados. Concluimos que a ênfase que vem sendo conferida ao posicionamento predominantemente contrário à política de cotas nos jornais deve ser abordada com bastante cautela analítica e que a polarização de opiniões nos distintos espaços jornalísticos deve ser vista como uma expressão das tensões internas existentes nesses veículos.

1. Cotas raciais na universidade pública brasileira: cronologia jurídica

As cotas raciais nas universidades públicas têm sido objeto de grande controvérsia na mídia ao longo da primeira década deste milênio. Nosso recorte temporal privilegia um período histórico em que as cotas foram efetivamente adotadas pelo ator político central (governo federal) e traduzidas em normas concretas. Dessa forma, a política de cotas raciais vem encontrando respaldo na Lei de Cotas (Lei 10.558/2002) desde 13 de novembro de 2002,

lei esta que foi posteriormente ratificada pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) em 20 de julho de 2010 (Ernesto; Adami, 2006).

Ao contrário do que muitos pensam, o arcabouço jurídico que ampara ações afirmativas com recorte racial surgiu no final dos anos 1980, tendo em vista um grupo-alvo distinto: os portadores de deficiência física⁵. Só a partir de então, uma vez aberta a prerrogativa de reserva de vagas para grupos específicos, é que se pôde pensar um grupo de ações afirmativas com recorte propriamente racial. Assim, a Lei 10.558/2002 criava o Programa Diversidade na Universidade, “com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros”.

No âmbito estadual, no entanto, a cronologia jurídica revela muitas vezes um percurso diverso. No Rio de Janeiro, por exemplo, – primeiro estado brasileiro a implementar política de cotas em universidades públicas estaduais – a reserva de vagas tinha inicialmente como público-alvo os estudantes de escolas públicas (Lei 3.524/00), seguida da reserva aos estudantes negros (Lei 3.708/01), até chegar aos portadores de deficiência física (Lei 4.061/03)⁶.

Dentre as universidades públicas propriamente ditas, a UERJ é a pioneira no Brasil, tendo a reserva de vagas sido adotada desde 2003. A iniciativa foi seguida por outras universidades como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual de Campinas, etc.

Hoje em dia, o Ministério da Educação não prevê um sistema de cotas unificado, deixando esta prerrogativa às universidades. Sistemas diversos combinando critérios como auto-declaração racial, rendimento familiar médio ou apuração de pertencimento racial por comissão responsável têm convivido nas universidades públicas brasileiras desde então.

⁵ De acordo com o artigo 37, cap. VIII da Constituição Federal de 1988, “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (Constituição Federal, 1988).

⁶ Essas três leis foram aglutinadas posteriormente na Lei Estadual no. 4.151/03, que reserva 20% das vagas nas universidades estaduais para estudantes oriundos de escola pública, 20% para alunos negros e 5% para portadores de deficiência física. Mais tarde, a categoria “portador de deficiência física” foi ampliada para incluir filhos de agentes policiais ou bombeiros que tiveram os pais mortos ou invalidados em razão de confronto (Ernesto; Adami, 2006, p.).

2. A cobertura das cotas na perspectiva dos militantes do movimento negro

Aparentemente, o fato de o governo federal ser um ator central na temática da política de cotas não tem garantido por si só uma cobertura ao gosto dos movimentos sociais que militam em prol das ações afirmativas no Brasil. O trecho a seguir é de autoria da jornalista e ativista negra Rosane Borges e retrata as dificuldades que os movimentos sociais têm de chegar até as redações quando o tema é o debate sobre cotas raciais. Ele esboça alguns obstáculos práticos enfrentados pela Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de São Paulo (SINDICATO DOS JORNALISTAS SP, 2005), órgão consultivo vinculado ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. A COJIRA tem como um dos seus diversos objetivos “estimular a capacitação dos profissionais que já atuam na imprensa para que tenham uma melhor compreensão da questão racial”, mas, a julgar pelo diagnóstico de um de seus componentes, o caminho rumo à igualdade racial tem lá seus percalços:

A gente teve uma reunião com a secretária da Folha e disse: ‘Olha, o jornal pode ter sua própria opinião e escrever um editorial que é contrário [às cotas raciais na universidade]. Mas daí o jornalista não colocar nenhum especialista, nenhum articulista, que seja favorável às políticas de cota... A Folha na segunda página tem aquele [quadro] ‘Favorável/Contrário’ quando tem temas candentes. Eles nunca fizeram isso com ações afirmativas. E aí, uma das respostas da secretária é: ‘Mas não existem fontes, não existem nomes’. Aí, nós demos vários nomes. Todas essas desculpas, que a gente sabe que são desculpas esfarrapadas, servem para neutralizar uma ação efetiva com a grande imprensa: ‘Olha, a gente só cobre efeméride porque a gente não sabe da dinâmica das organizações negras.’ (Borges citada por Santos Botelho, 2008: 371).

A COJIRA e seus aliados não são os únicos a se queixarem da discrepância existente entre os espaços conquistados por cotistas e anti-cotistas na grande imprensa brasileira. No documentário produzido em 2007 pela rede de TV americana PBS, intitulado “Brazil in Black and White” (Stepan, 2007), o advogado negro Humberto Adami ressalta que “para cada artigo a favor das cotas, 15 são contra”. Somando-se ao problema do acesso restrito aos jornais por fontes credenciadas pelos movimentos negros, surge um segundo problema, decorrente do primeiro: assimetria das opiniões, e dos argumentos nelas presentes, em favor de uma única posição. As assimetrias de acesso seriam, portanto, tanto quantitativas, quanto

qualitativas, dado que as pessoas qualificadas para o debate público sobre as cotas raciais encontrariam dificuldades estruturais de fazer seus argumentos alcançarem a cena pública.

Em suma, o diagnóstico anterior, realizado por militantes do movimento negro, revela que os problemas de assimetria de poder vivenciados por grupos desfavorecidos em suas rotinas cotidianas estão refletidos nas redações de jornais, criando condições estruturais para sua manutenção: militantes e ativistas se queixam de que os editoriais são, na maioria das vezes, refratários às causas desses grupos e que as temáticas de seu interesse terminam nunca alcançando aqueles espaços em que as opiniões são balizadas sob a forma de prós e contras. Alega-se ainda que suas fontes nunca são consultadas e que a dinâmica interna dos grupos que advogam pela correção das mesmas assimetrias sociais permanece opaca à cobertura dos grandes meios de comunicação.

3. Os estudos empíricos sobre a temática das cotas raciais

Ainda são escassos os estudos que abordam o debate público em torno das cotas raciais. Um importante trabalho nessa temática é o artigo “Ouvir os dois lados basta? Intelectuais, imprensa e a controvérsia acerca das cotas raciais” (Campos, 2009), que parte do levantamento de artigos sobre as cotas raciais assinados por ‘cientistas sociais’⁷ (acadêmicos, brasileiros ou não) na grande imprensa brasileira. O período de cobertura analisado vai de janeiro de 2001 a dezembro de 2007 e engloba os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Foram coletados ao todo 85 textos opinativos que privilegiam, basicamente, a opinião de especialistas dentro do debate mais amplo sobre as cotas raciais no Brasil.

As principais conclusões do artigo apontam que o enquadramento do debate sobre as cotas aconteceu sob a forma de uma "controvérsia polarizada" e que este tratamento conferido pela grande imprensa vem fortalecendo a própria polarização das opiniões.

Ao contrário de interpretações correntes, concluiu-se que as discordâncias presentes não são baseadas em concepções díspares de justiça ou em representações divergentes das relações raciais locais. Ao que parece, as discordâncias em relação ao tema são muito mais matizadas, o que é ocultado pela rotulação da contenda pública como um embate acirrado (Campos, 2009: 2).

⁷ Por cientista social, o autor entende por *cientista social* ver Campos, 2009: 6.

A despeito da crescente polarização das opiniões veiculadas nos jornais analisados, a análise dos artigos de opinião revela, surpreendentemente, um panorama bastante diverso daquele descrito pelos ativistas do movimento negro:

A respeito da variação cronológica dos posicionamentos em relação às cotas, foi possível perceber que dentro do período analisado, houve uma leve prevalência de tomadas de posição favoráveis às cotas raciais. Enquanto 48,2% dos textos estudados foram favoráveis, 36,5% foram contrários à medida e em 15,3% não foi possível detectar uma tomada de posição implícita ou explícita (Campos, 2009: 10).

Resta, no entanto, apurar se a prevalência verificada nos artigos assinados por especialista se manteve na totalidade da cobertura da imprensa, uma vez que as matérias retidas para a nossa análise de conteúdo abarcam igualmente o espaço noticioso e os espaços opinativos ocupados por não-especialistas. Neste sentido, acreditamos que o principal diferencial da nossa pesquisa seja o de mapear com mais precisão a totalidade do debate sobre cotas raciais, dando uma dimensão exata do peso da opinião dos especialistas e de outros atores sociais.

4. O debate público sobre as cotas raciais entre 2001 e 2009

Tendo em vista o panorama aqui traçado, propomos realizar uma investigação que possa trazer resposta às seguintes perguntas:

a) Quem são os atores que intervêm no debate sobre as cotas raciais no ensino público superior e qual a relevância do governo federal neste debate? Quais atores alcançaram mais visibilidade?

b) Quais são os distintos espaços de intervenção desses atores (artigos de opinião, editoriais, cobertura noticiosa, cartas, etc.)?

4.1. Procedimentos metodológicos

Para responder às questões anteriores, foi realizada uma análise de conteúdo do material jornalístico publicado nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas* sobre o tema das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Nossa intenção foi combinar jornais de circulação nacional (*Folha de S. Paulo* e *O Globo*) e regional (*Estado de Minas*) com linhas editoriais bem distintas.

Na primeira etapa, coletamos todo tipo de material publicado que resultasse do cruzamento da palavra “cotas” com o termo “universidade”. Disto resultou um total de 1972 matérias, reportagens, artigos, cartas de leitores, etc, dos quais 31% eram provenientes de *O Globo*, 65% da *Folha* e 4% do *Estado de Minas*.

Uma amostragem probabilística estratificada, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de $\pm 3\%$, foi realizada para selecionar o material que foi submetido posteriormente à análise de conteúdo. A amostra de 692 matérias, reportagens, artigos, cartas de leitores, etc., foi analisada pela equipe de bolsistas de iniciação científica do EME (UFMG), treinados para este fim⁸. O teste de confiabilidade utilizado foi o Alfa de Krippendorff, escolhido em função do seu maior poder estatístico (Hayes e Krippendorff, 2007). As variáveis incluídas na análise alcançaram um Alfa de Krippendorff médio de 0,815, com um desvio padrão de apenas 0,026,⁹ valores que satisfazem os critérios de confiabilidade considerados adequados – Alfas de Krippendorff maiores do que 0,800.

Uma vez alcançados os valores desejados nos testes de confiabilidade, os bolsistas realizaram a última fase da análise de conteúdo. Vale dizer que a nossa unidade de análise na pesquisa são os proferimentos, ou seja, falas e/ou argumentos dos atores envolvidos no debate sobre cotas raciais nas universidades, presentes no material levantado.

4.2. Evolução do debate em torno das cotas

Levando-se em consideração o período que vai de 31 de agosto de 2001 a 25 de maio de 2009, pode-se perceber que a maior parte dos proferimentos sobre as cotas raciais estão concentrados nos anos de 2003, 2004 e 2006, como mostra a figura 1.

⁸ Por uma questão de economia de espaço, optou-se por não incluir uma cópia da ficha de análise neste artigo, podendo a mesma ser obtida junto a um dos autores.

⁹ São elas: Formato, Citação, Nome da universidade, Gênero, Caracterização dos atores 1, Elegível a cotas, Classificação dos estudantes ou pais e Posicionamento.

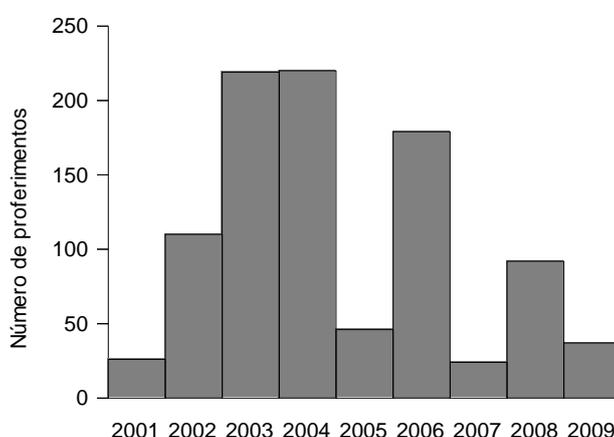


Figura 1: Número total de proferimentos sobre cotas nas universidades coletados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas*, entre os anos de 2001 e 2009 (N= 1037). Fonte: Grupo EME (UFMG), 2010.

Parece bem mais fácil identificar fatores que provocam um aumento do número de proferimentos em um determinado momento do que explicar o refluxo do debate sobre as cotas. Uma possível razão, por exemplo, para o brusco aumento do número de proferimentos de 2002 para 2003 (isto é, quando passa-se de 110 para 219 proferimentos) é a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o Governo Lula. Ainda que a reivindicação da política de cotas tenha sido levada pelo Movimento Negro até o governo federal no final de 1995¹⁰ e que ela tenha assumido a forma de lei federal no final do mandato de Cardoso (Lei 10.558/2002, aprovada no dia 13 de novembro de 2002), o debate parece ganhar corpo somente com a transição entre um governo e outro. Note-se aqui que é a partir de 2003 que algumas iniciativas importantes foram tomadas no âmbito da institucionalização das políticas raciais, como, por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR).

No que se refere especificamente ao pico de proferimentos verificado em 2006, existem três explicações que merecem verificação adicional. Uma primeira razão deste aumento seria

¹⁰ Essa reivindicação faz parte de uma série de reivindicações entregues a FHC na ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares, manifestação que reuniu militantes do movimento negro em 20 de novembro de 1997 (ver Santos Botelho, 2008: 70; 354).

a publicação, em meados de 2006, de dois manifestos, respectivamente contra e a favor das cotas. Uma segunda hipótese é a possibilidade de que o tema tenha sido convertido em um mote de campanha eleitoral naquele ano. Este dado foi corroborado por um levantamento dos discursos da Câmara dos Deputados: no dia 23 de outubro de 2006, entidades negras fazem uma moção de apoio à candidatura de Lula. Uma terceira e última hipótese diz respeito à publicação de estudos analisando a trajetória da primeira turma de cotistas da UERJ que se formaram no ensino superior.

Após o ano de 2006, verifica-se um refluxo dos proferimentos em 2007 e uma leve retomada em 2008. Este aumento pode ser atribuído à comemoração dos 120 anos da Lei Áurea, ocasião em que a esta celebração deu oportunidade para que o tema da reparação de erros históricos viesse à tona dos discursos da Câmara dos Deputados.

4.3. Posicionamento

Vistos como em conjunto, os diversos proferimentos indicam um posicionamento predominantemente contrário às cotas, mesmo quando contrapostos à soma dos proferimentos favoráveis e balanceados. Os dados figura 2 confirmam, em certa medida, a percepção dos movimentos sociais de que o material veiculado nos jornais tem apresentado proferimentos predominantemente negativos no tocante às cotas raciais.

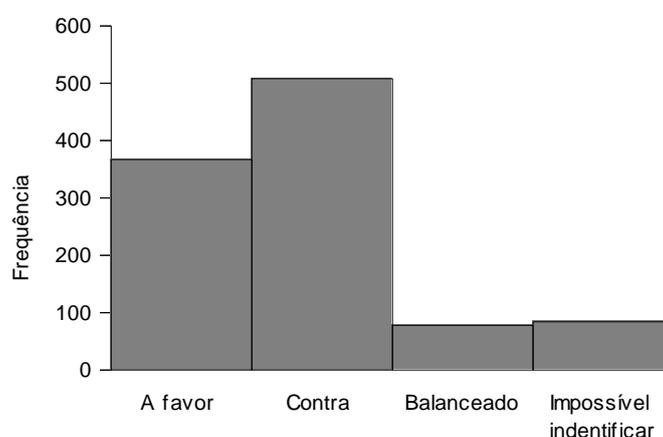


Figura 2: Posicionamentos dos proferimentos sobre cotas nas universidades coletados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas*, entre os anos de 2001 e 2009 (N=1037). Fonte: Grupo EME (UFMG).

Por outro lado, se adotarmos uma perspectiva diacrônica, a evolução dos diversos posicionamentos ao longo dos anos só vem a reforçar a excepcionalidade e importância do ano de 2003. Isto não somente por ser este um ano de transição de governos, no qual o tema das cotas ganha destaque, mas, também, porque este foi o único ano em que os proferimentos “a favor das cotas” e “balanceados”, quando somados, ultrapassaram o número de proferimentos “contra”. O gráfico da figura 3 descreve como os diversos posicionamentos oscilaram ao longo dos anos.

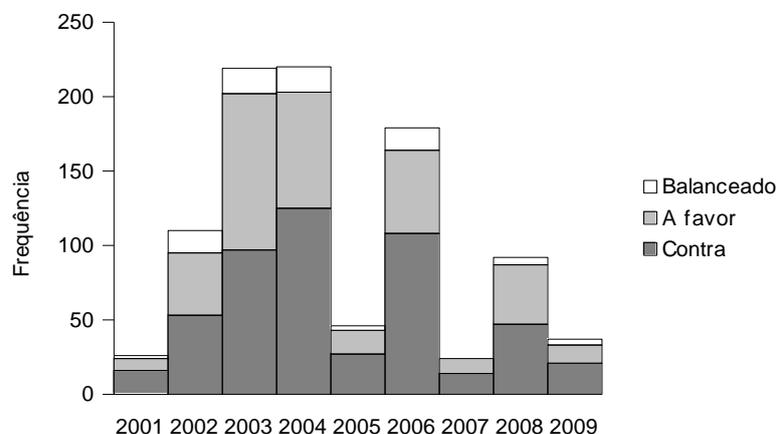


Figura 3: Variação da frequência dos posicionamentos sobre cotas nas universidades entre os anos de 2001 e 2009, presentes nos proferimentos coletados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas* (N=1037). Fonte: Grupo EME (UFMG).

Outro ano que teve caráter excepcional foi o ano de 2007. Nele, verificou-se uma polarização de opiniões entre posições contra e favor, tendo os proferimentos de tipo “balanceado” saído totalmente de cena. Vale notar, em contrapartida, que o ano de 2007 foi um dos anos menos significativos em termos do número de proferimentos publicados, evidenciando um notório refluxo da temática nas páginas dos jornais, o que acabou minimizando o efeito de polarização detectado.

4.4. Mapeamento dos atores e locais de interlocução

O primeiro dado que salta aos olhos é a intensa participação dos cidadãos ordinários no debate sobre as cotas, em detrimento de atores que, via de regra, têm acesso privilegiado à mídia: são eles o governo federal (incluindo-se aí as subcategorias do Executivo, Legislativo e Judiciário) e os especialistas. Ou seja, a categoria dos cidadãos comuns, tomada isoladamente, é responsável por 24,3 % de todos os proferimentos desse debate. Note-se aqui que da categoria “cidadãos comuns” estão excluídos os estudantes e seus familiares, professores e representantes de qualquer organização da sociedade civil. Isto revela, por exemplo, que os interlocutores que emitiram o maior número de proferimentos no total do

debate sobre as cotas preferiram manter-se no anonimato ou não utilizar nenhuma credencial para se qualificar nesse debate. A figura 4 demonstra bem como o número de proferimentos dessa categoria (246) é superior aos proferimentos de todos os atores de alguma forma relacionados com o poder público: Executivo, Legislativo, Judiciário, Partidos Políticos e Ministério Público (149):



Figura 4: Frequência dos proferimentos por tipo de ator no debate sobre cotas raciais nas universidades presente nos jornais Folha de S. Paulo, *O Globo* e *Estado de Minas*, entre os anos de 2001 e 2009 (N=1037). Fonte: Grupo EME (UFMG).

Um outro ponto forte da análise de frequência dos proferimentos por ator é que os especialistas (86 proferimentos) acabaram tendo uma participação também bastante inferior à dos cidadãos comuns. Este dado coloca os resultados da pesquisa empírica de Campos (2009) sobre o debate em torno das cotas numa outra perspectiva, já que esta categoria tem uma

atuação bastante restrita se comparada à dos cidadãos comuns. A participação dos especialistas é ainda inferior à do próprio poder público (149) e a da comunidade universitária (153), mesmo quando excluímos desta última os estudantes (os quais podem ser “elegíveis” ou “não elegíveis”) para incluir somente os reitores e professores do ensino superior. Isso nos leva a concluir que o debate sobre as cotas transcorreu, principalmente, entre três tipos de atores sociais: cidadãos comuns, comunidade universitária e poder público.

Embora seja válido o argumento de um maior número de proferimentos negativos referentes às cotas da parte da mídia impressa, ele precisa ser refinado e colocado à prova por meio de outras clivagens. Uma maneira interessante de compreender o debate sobre as cotas é verificar em quais espaços dos jornais ele acontece. A tabela a seguir descreve como os proferimentos estiveram distribuídos nos espaços jornalísticos, tomando-se os três veículos conjuntamente.

Tabela 1: Posicionamento dos preferimentos X Formato do conteúdo jornalístico

| | Posicionamento | | | N |
|----------------------------|----------------|----------------|-------------------|-----|
| | <i>Contra</i> | <i>A favor</i> | <i>Balanceado</i> | |
| Carta de leitores | 72,1% | 22,4% | 5,5% | 290 |
| Reportagem | 26,5% | 58,8% | 14,7% | 170 |
| Artigo assinado | 56,6% | 35,2% | 8,3% | 145 |
| Notícia | 41,8% | 50,8% | 7,4% | 122 |
| Editorial | 94,0% | 2,0% | 4,0% | 50 |
| Entrevista | 27,1% | 64,4% | 8,5% | 59 |
| Coluna assinada | 27,7% | 55,3% | 17,0% | 47 |
| Nota | 55,6% | 44,4% | - | 9 |
| Nenhum dos anteriores | 100,0% | - | - | 9 |
| Primeira página | 50,0% | 50,0% | - | 2 |
| Não é possível classificar | 100,0% | - | - | 2 |
| % Total | 53,0% | 38,5% | 8,5% | 905 |

Nota: Na construção desta tabela não foram considerados os proferimentos “impossível classificar”, presentes na Figura 1. Fonte: Grupo EME (UFMG).

Sabendo-se que a maior parte dos proferimentos posicionou-se contra as cotas, um primeiro dado relevante é justamente a identificação daqueles espaços em que o

posicionamento foi predominantemente a favor das mesmas. São eles: entrevista, reportagem e coluna assinada. Por outro lado, os espaços em que os proferimentos negativos predominaram foram: editorial, carta de leitores e artigo assinado.

O mapeamento dos proferimentos contra e a favor das cotas em função dos diversos espaços jornalísticos revela alguns aspectos interessantes: por exemplo, que o papel das fontes credenciadas que concederam entrevistas ou que foram citadas em reportagens foi fundamental para contrabalançar o peso negativo creditado pelos editoriais à política de cotas. Além disso, é importante ressaltar que as cartas aos leitores e editoriais foram os principais *loci* para a vocalização da insatisfação daqueles que se posicionaram majoritariamente contra as cotas. Este fato sugere uma sintonia fina entre a posição oficialmente adotada pelo jornal naquela questão e a opinião que os veículos selecionaram como sendo representativa da opinião dos seus leitores. Por último, este mapeamento revela também uma polarização de opiniões contra e a favor entre, de um lado, os articulistas esporádicos, responsáveis pelos artigos assinados, e, de outro, os colunistas que assinam suas próprias colunas.

A polarização verificada entre articulistas e colunistas merece, a nosso ver, algumas considerações adicionais. É claro que, num primeiro momento, pode-se argumentar que os proferimentos dos colunistas tiveram muito menos peso do que os proferimentos dos assinantes de artigos de opinião (esta proporção é, respectivamente, de 50 para 158, se considerarmos todos os proferimentos publicados entre 2001 e 2009). No entanto, dois importantes aspectos da intervenção dos colunistas devem ser considerados: 1) estes falaram das cotas de maneira mais recorrente que os articulistas e críticos das cotas, cuja intervenção, apesar de mais volumosa, foi mais pontual; 2) colunistas defensores das cotas como Míriam Leitão e Élio Gaspari possuem espaços de opinião com público cativo, cuja temática não guarda correlação direta com o tema das cotas; falar das cotas para este público mais amplo requer, nestas circunstâncias, um nível mais apurado de auto-consciência do espaço institucional ocupado.

Outra forma de refinar o argumento sobre uma cobertura predominantemente negativa sobre o tema das cotas é realizar o cruzamento entre o posicionamento e o tipo de ator que intervém neste debate. Como já assinalado, a temática das cotas foi um tema carro-chefe do

Governo Lula, sendo possível detectar um aquecimento do debate sobre as cotas com a transição de governos. Este aspecto, aliado ao fato de que a política de cotas só poderia ser avaliada nos anos subsequentes à sua implementação, nos conchama a examinar de maneira mais minuciosa o posicionamento dos diversos setores do governo nesta temática. Verificou-se então que os distintos âmbitos dos representantes do sistema político central adotaram posições divergentes: enquanto membros do governo no Executivo e no Legislativo foram os grandes responsáveis por proferimentos favoráveis às cotas no ensino superior, os membros do Poder Judiciário foram seus maiores críticos, conforme detalha a tabela abaixo. Isto se explica provavelmente em função do grande número de casos judiciais julgados e levados às instâncias superiores. De qualquer forma, não devemos perder de vista o fato de que os índices de renovação institucional no Judiciário sejam bem mais baixos do que os do Executivo, em primeiro lugar, e do Legislativo, em um segundo momento. Este fator pode explicar, em parte, a dissonância existente entre o posicionamento defendido pelo governo eleito e aqueles membros ditos “de carreira” ou que ascenderam a seus cargos pela via de concursos públicos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Posicionamento dos atores em relação à política de cotas nas universidades

| | Posicionamento | | | N |
|---|----------------|----------------|-------------------|-----|
| | <i>Contra</i> | <i>A favor</i> | <i>Balanceado</i> | |
| Pessoas anônimas ou cidadãos comuns | 73,5% | 21,8% | 4,6% | 238 |
| Jornalistas | 66,2% | 27,0% | 6,8% | 148 |
| Especialistas ou intelectuais | 60,3% | 23,3% | 16,4% | 73 |
| Professores universitários | 53,4% | 39,7% | 6,8% | 73 |
| Estudantes do ensino médio e/ou vestibulandos | 62,5% | 33,3% | 4,2% | 72 |
| Executivo | 17,9% | 73,1% | 9,0% | 67 |
| Reitores universitários | 16,9% | 69,2% | 13,8% | 65 |
| Organizações da sociedade civil | 22,0% | 72,0% | 6,0% | 50 |
| Estudantes universitários | 42,0% | 48,0% | 10,0% | 50 |
| Legislativo | 19,4% | 69,4% | 11,1% | 36 |
| Judiciário | 68,8% | 25,0% | 6,3% | 16 |
| Partidos políticos | 54,5% | 9,1% | 36,4% | 11 |
| Artistas ou celebridades | 12,5% | 62,5% | 25,0% | 8 |

| | | | | |
|----------------------------|--------|-------|-------|-----|
| Ministério Público | 40,0% | 60,0% | - | 5 |
| Organizações empresariais | 100,0% | - | - | 2 |
| Pais de estudantes | 100,0% | - | - | 2 |
| Outro | 44,4% | 44,4% | 11,1% | 9 |
| Não é possível identificar | 55,6% | 33,3% | 11,1% | 9 |
| % Total | 53,1% | 38,7% | 8,2% | 934 |

Nota: Na construção desta tabela não foram considerados os proferimentos “impossível classificar”, presentes na Figura 1. Fonte: Grupo EME (UFMG).

De qualquer forma, os membros do Legislativo e do Executivo foram, lado a lado com os atores da sociedade civil e com os reitores universitários, os principais defensores da política de cotas nas universidades brasileiras. Em contrapartida, os principais críticos das cotas foram, em ordem decrescente de frequência: pessoas anônimas ou cidadãos comuns, membros do judiciário, jornalistas, estudantes do ensino médio e/ou vestibulandos e especialistas e intelectuais. Interessante notar, no entanto, que o posicionamento dos estudantes do ensino superior esteve levemente mais favorável do que entre os estudantes do ensino médio. Uma hipótese para explicar esse maior equilíbrio é que dentre os alunos universitários encontremos alguns alunos favorecidos diretamente pelas cotas, isto é, que haja uma maior incidência daquela parcela de alunos “elegíveis” às cotas (isto é, de pessoas diretamente favorecidas por elas) entre os universitários, do que entre os alunos de ensino médio ou vestibulandos. Mas, para tanto, seria necessário cotejar os proferimentos dos cotistas contra os dos não cotistas, o que faremos na próxima seção.

4.5. Posicionamento em função da elegibilidade às cotas

Finalmente, cabe aqui especificar a participação das categorias de “elegíveis” e “não elegíveis” no debate sobre as cotas. De acordo com os dados, os estudantes (e pais de estudantes) são responsáveis por um percentual bastante reduzido do total de proferimentos do debate sobre as cotas: 13,21%. O restante dos proferimentos - isto é, 86,79% - foi emitido por atores que não são nem elegíveis, nem diretamente concernidos pela política de cotas raciais no ensino superior.

Outro dado digno de menção diz respeito àquela parcela de estudantes elegíveis às cotas que efetivamente optaram por elas. Os proferimentos da maior parte dos estudantes (ou

pais de estudantes) elegíveis às cotas não permite concluir se houve adesão efetiva ou não à política. No entanto, por ser o proferimento nossa unidade de análise, pode-se facilmente incorrer em um erro de interpretação: ora, quem fala a favor ou contra as cotas e se posiciona como sendo negro ou não negro, não o faz a cada proferimento, repetidamente. Normalmente, este tipo de clivagem é assumido uma vez na matéria toda. Portanto, o proferimento não é a melhor unidade de análise para verificar posicionamento de cotistas e não cotistas no debate, mas, sim, a matéria.

Uma vez feita esta ressalva, se passarmos à análise do posicionamento dos estudantes (ou pais de estudantes) em função de sua elegibilidade à política de cotas, encontraremos um aspecto interessante: existe um maior número de proferimentos favoráveis às cotas (63%) dentre aqueles em que foi possível identificar a elegibilidade, como já era de se esperar. No entanto, existe um percentual muito mais elevado de proferimentos contrários às cotas (94%) dentre aqueles que se pôde identificar como não elegíveis (isto é, aqueles que não são negros e/ou oriundos de escola pública). Ou seja, os “não elegíveis” à política de cotas - isto é, aqueles que tem suas rotinas de acesso à universidade alteradas com a implementação de tal política – têm se manifestado de maneira muito mais contundente e orquestrada contra as cotas do que os próprios “elegíveis” a elas, a saber, os estudantes que são favorecidos política de cotas.

Uma explicação para tal fato é que até mesmo os alunos cotistas têm sido capazes de explicitar proferimentos contrários às cotas, como mostra a tabela a seguir. Por um lado, este fato pode ser indicativo de certo “cinismo” em meio aqueles que agem meramente em função de um auto-interesse (ter acesso à universidade pública), sem adesão completa às motivações na origem da política em questão. Por outro lado, a existência de proferimentos contra as cotas na fala dos cotistas (ou de estudantes elegíveis às cotas) pode também indicar que o remédio é aceito, mas com algumas ressalvas críticas.

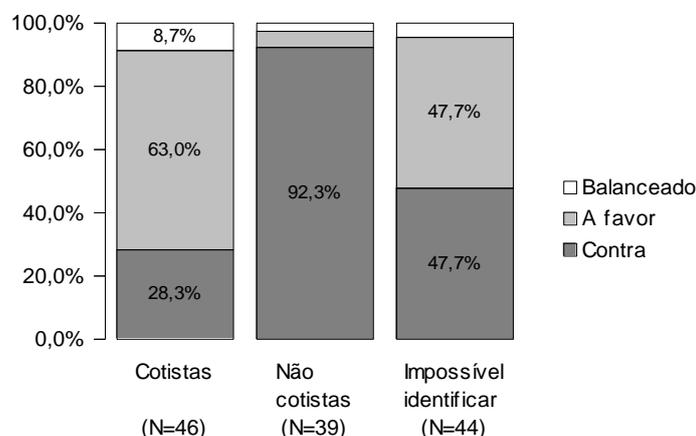


Figura 5: Posicionamento dos estudantes (ou pais de estudantes) em função de sua elegibilidade à política de cotas, presentes presente nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de Minas*, entre os anos de 2001 e 2009. Fonte: Grupo EME (UFMG).

Um último dado interessante a este respeito reside justamente naquela parcela de estudantes (ou pais de estudantes) em que não foi possível identificar a adesão ou a não adesão às cotas: os posicionamentos daqueles que não assumem abertamente suas posições em termos da posição de “elegíveis” ou de “não elegíveis” são mais equilibrados em termos de proferimentos pró e contra as cotas.

5. Conclusão

Diante dos dados preliminares apresentados neste artigo, concluímos que a configuração geral do debate sobre a política de cotas nas universidades brasileira e o posicionamento predominantemente contrário à esta política nos jornais devem ser abordados com bastante parcimônia e cautela analítica.

Uma possível interpretação da negatividade do debate em torno das cotas já havia sido parcialmente aventada pela jornalista Rosane Borges, quando esta revelou a relutância das redações em conhecer a dinâmica das entidades do movimento negro e de conferir relevância às fontes por ele credenciadas. Este problema decorre, segundo a jornalista, de um

desconhecimento da dinâmica dessas entidades e de uma relutância em acatar suas demandas. Ora, a ausência de negros nas redações, combinada às dificuldades estruturais de acesso dos grupos desfavorecidos aos espaços opinativos dos jornais, podem contribuir para a reprodução da assimetria de poder social, gerando, com isso, um maior número posicionamentos contrários à política de cotas na cena midiática. No entanto, esta leitura não consegue explicar todos as nuances do debate, tal como ele vinha se dando nas páginas dos jornais.

Um caminho que julgamos profícuo para entender a singularidade do debate sobre as cotas diz respeito à polarização das opiniões verificadas nos jornais entre espaços editoriais, cartas de leitores e artigos assinados *versus* entrevistas, reportagem e colunas assinadas. Conforme apontado anteriormente, o posicionamento dos diversos atores nos distintos espaços jornalísticos no tocante à política de cotas nas universidades públicas brasileiras resulta de uma série de tensões vividas no plano interno das organizações dos *media*. Os atores definidores das linhas editoriais não detêm pleno controle do espaço jornalístico, o qual está aberto também a dissensões internas. A relativa independência dos responsáveis por colunas assinadas com relação ao posicionamento contrário assumido pela linha editorial é uma prova dessas discordâncias verificadas no plano interno. Levando-se em conta que as principais fontes credenciadas pelo governo eram favoráveis às cotas, e que estas são as fontes preferencialmente consultadas no âmbito das rotinas produtivas das reportagens (as quais devem consultar via de regra fontes favoráveis e contrárias a uma dada questão), verificou-se uma maior predominância de posicionamentos discursivos favoráveis às cotas nas entrevistas e reportagens. Por outro lado, as cartas dos leitores é um daqueles espaços que está mais submetido ao poder de edição e seleção da parte dos editores, o que facilitaria uma “convergência” entre a linha opinativa adotada pelos jornais e as críticas que vêm sendo veiculadas nesses espaços.

Outro dado importante que a pesquisa revelou foi a predominância dos cidadãos comuns no debate sobre as cotas, verificada na mídia impressa entre 2001 e 2009. A maior participação dos cidadãos comuns no espaço das cartas dos leitores e com um posicionamento claramente mais negativo (73,8% deles são contra a política de cotas) fica particularmente intrigante se confrontada com os dados de pesquisa de opinião como as do

Barômetro das Américas, parte integrante do Projeto de Opinião Pública da América Latina (Smith, 2010)¹¹. Apesar de os dados para esse estudo terem sido coletados em 2010 e não corresponderem, portanto, ao período em que observamos a abordagem do debate sobre as cotas nos jornais, a pesquisa do LAPOP revela que 45% dos entrevistados concordam muito com a política de cotas na universidade, ainda que uma minoria importante (18%) se oponha firmemente às ações afirmativas. “Os resultados apontam que os brancos e aqueles com educação superior são os que apresentam maior probabilidade de se oporem às ações afirmativas. Nos níveis mais baixos de educação, contudo, o apoio é muito alto, independentemente da cor do entrevistado” (Smith, 2010: 1).

A luz desses dados, gostaríamos de concluir lançando algumas indagações de teor mais analítico a serem examinadas em investigações futuras. Ora, se no momento atual, a maioria da população brasileira é abertamente favorável às cotas, mas se esta grande parcela da população não lê os jornais em questão, para quem, então, esta contenda configurada nos *media* está se dirigindo? Ao que parece, a grande disputa está sendo travada pela legitimação das cotas junto àquela parcela da população que é justamente a mais refratária à sua implementação. A julgar pelo posicionamento negativo evidenciado ao longo dos anos analisados (com exceção do ano de 2003), esta contenda poderia estar muito mais confirmando posições contrárias já dadas, do que favorecendo a troca ou a reversão dos posicionamentos anteriores.

Certamente, ainda é cedo para se tecer tais conjecturas com os dados que se tem por hora. Por enquanto, basta reconhecer que diversas tensões perpassam a configuração dos debates na arena dos *media* nas sociedades democráticas, com suficiente liberdade de expressão. Essas tensões podem oferecer resistência ao posicionamento oficial defendido pelas linhas editoriais acerca de uma determinada questão controversa e fazer deslanchar uma dinâmica que transforma a balança dos posicionamentos prós e contras na própria cena pública.

¹¹ A rodada de 2010 do Barômetro das Américas utilizou uma amostra aleatória e representativa da população brasileira composta por 2.482 cidadãos. Estes foram convidados a classificar sua concordância com as cotas raciais nas universidades brasileiras de acordo com uma escala que vai de 1 a 7, que variava desde o “discordo completamente” até o “concordo completamente”.

Referências

BAUMGARTNER, F. R., & JONES, B. D. **Agendas and instability in American politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BENNETT, W. L. Toward a theory of press state relations in the United States. **Journal of Communication**, 40(2), p. 103-125, 1990.

BENNETT, W. L., & MANHEIM, J. B. Taking the public by storm: Information, cuing, and the democratic process in the Gulf War. **Political Communication**, 10, p. 331-351, 1993.

BENNETT, W. L., LAWRENCE, R. G., & LIVINGSTON, S. **When the press fails: Political power and the news media from Iraq to Katrina**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

BERINSKY, A. J., & KINDER, D. R. Making sense of issues through media frames: Understanding the Kosovo crisis. **The Journal of Politics**, 68(3), p. 640-656, 2006.

CAMPOS, L. A. **Ouvir os dois lados basta? Intelectuais, imprensa e a controvérsia acerca das cotas raciais**. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out 2009.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 27 dez 2010.

DELLI CARPINI, M. X. News from somewhere: Journalistic frames and the debate over “public journalism”. In K. Callaghan, & F. Schnell (Eds.), **Framing American politics**. Pittsburg: Pittsburg Press, 2005, p. 21-53.

ERNESTO, L. M. ADAMI, H. **Cotas Raciais: a jurisprudência do Amicus Curiae e seu impacto na implantação de ações afirmativas para as(os) negras(os) no Brasil**.

Disponível em <http://www.iara.org.br/pesquisa>. Acesso em: 23 dez 2010.

GRABER, D. A. The media and democracy: Beyond myths and stereotypes. **Annual Review Political Science**, 6, p. 139-160, 2003.

GUREVITCH, M., & BLUMLER, J. G. Political communication systems and democratic

values. In J. Lichtenberg (Ed.), **Democracy and the mass media**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 269-287, 1990.

HAYES, A. F. & KRIPPENDORFF, K. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. **Communication Methods and Measures** 1, 1, p. 77-89, 2007.

NORRIS, P. **A virtuous circle - Political communications in postindustrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MAIA, R. C. M. **Media e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAIA, R. C. M. **Media, deliberation and political Talk**. New York: Hampton Press, 2011 (no prelo).

STEPAN, A. **Brazil in Black and White**. Documentário, 54min07seg. TV PBS, 2007. Disponível em: <http://www.pbs.org/wnet/wideangle/episodes/brazil-in-black-and-white/video-full-episode/2104/>. Acesso em: 20 maio 2008.

PETERS, B. On public deliberation and public culture. In H. WESSLER (Ed.), **Public deliberation and public culture - The writings of Bernhard Peters, 1993-2005**. New York: Palgrave, 2008, p. 68-118.

SANTOS BOTELHO, J. **Le débat public autour de la représentation raciale et ethnique dans la publicité brésilienne : discours, stratégies et reconstructions identitaires**. Tese de doutoramento em Comunicação. Montreal, Université du Québec à Montréal, 25 ago 2008.

SCHUDSON, M. **The sociology of news**. London: W. W. Norton, 2003.

SINDICATO DOS JORNALISTAS Profissionais no Estado de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.sjsp.org.br/14_02_2005%20tese%20visibilidade.htm. Acesso em: 23 dez 2010.

SIMON, A., & XENOS, M. Media framing and effective public deliberation. **Political Communication**, 17, p. 363-376, 2000.